

A ÔFENSIVA PRESIDENCIAL

Constituinte reage à crítica e pede manifestação de Ulysses

Constituintes encontrados ontem no plenário manifestaram-se contra as críticas do presidente José Sarney ao texto aprovado, que trata dos direitos individuais. Eles pretendem cobrar do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, uma posição em defesa da soberania da Assembleia, contra os ataques do Planalto.

O senador peemedebista Mansueto de Lavour (PE), integrante da CPI da Corrupção, exortou o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, "a defender a Constituinte dos ataques de Sarney e dos seus amigos", que — acrescentou — aumentaram "sua ira contra a Assembleia depois do esfacelamento do Centrão. O senador pernambucano apontou o contraste entre a decisão do Presidente de iniciar uma campanha de austeridade no Governo e ao mesmo tempo "gastar dinheiro das estatais" para a promoção da sua imagem.

O presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho, considerou "contundentes" as palavras utilizadas por Sarney para criticar a decisão da Constituinte. Ele observou que o dispositivo aprovado contém princípios semelhantes aos existentes "na democracia norte-americana".

Desmoralizado

Para o líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro, o presidente Sarney, tentou "jogar a sociedade contra a Constituinte", mas não conseguirá esse objetivo porque o seu Governo está totalmente desmoralizado.

"É evidente que o presidente Sarney perdeu todas as condições para dirigir o País, que ele levou ao caos. Faz um Governo sem autoridade, que acabou de liquidar com a economia brasileira".

Ainda segundo Brandão Monteiro, o Presidente da República, "ao criticar o princípio das liberdades individuais manifestado pelos constituintes, parece não conhecer o exemplo de todos os países democráticos do mundo, onde o preso tem direito de se informar sobre as acusações que lhe pesam e onde o cidadão não pode ser preso senão em flagrante delito".

Salientou o líder pedetista que não é por esses motivos que tem havido aumento de criminalidade no País, mas em razão da falta de uma política penitenciária e da impunidade para os autores dos crimes do "colarinho branco".

"O Governo não tomou nenhuma providência contra aqueles que gastaram milhões de dólares com a importação de carne e alimentos deteriorados. Não se conhece nenhum deles que tenha sido preso. O Presidente afirmou a Dom Luciano Mendes que havia corrupção no BNH e também não há nenhum corrupto punido".

Disse mais Brandão Monteiro que Sarney faz um governo clientelista, a ponto de justificar que familiares seus e políticos a ele ligados possam e devam intermediar recursos do Tesouro com interesse político subalterno.

O senador José Paulo Bisol (PMDB-RS), relator da Comissão dos Direitos Individuais e autor do parágrafo 24 do artigo 6º do capítulo dos Direitos Individuais, criticado pelo presidente José Sarney, explicou que é uma norma do Direito clássico a prisão apenas em flagrante ou por ordem expressa do Judiciário. "Não se pode prender ninguém apenas com base em uma suspeita", defende o senador.

"Que garantia pode ter um cidadão comum se ele a qualquer momento pode ser preso por uma mera suspeita de um policial? Quanto a ordem de prisão ser expedida apenas pela autoridade judiciária, é um princípio básico de Montesquieu. Não pode haver várias autoridades responsáveis, mas apenas uma, o Judiciário, como garantia dos direitos do cidadão. Caso contrário, qualquer prefeito do interior ou guarda da esquadra pode prender qualquer um, baseado apenas em uma suspeita ou em uma rivalidade política, subjetivamente, ou por exemplo, uma acusação falsa", afirmou Bisol.

Para ele, atribuir a qualquer autoridade fora do Judiciário o poder de prisão indiscriminada "é típico de Estado burocrático, autoritário, de ditaduras". Ele diz que até mesmo a legislação das ditaduras exige o mandato judicial ou a prisão em flagrante, "só que, no caso das ditaduras, a lei não é cumprida".



No teste, sistema registra fraude

Com a ausência de parlamentares que foram passar o carnaval em seus estados, o plenário da Constituinte viveu ontem momentos inéditos. O deputado Ulysses Guimarães foi substituído, por duas vezes, pelo técnico em computação Adelmo Pilger, que presidiu a sessão de teste do sistema eletrônico de votações da Câmara. No lugar dos deputados e senadores sentaram centenas de funcionários do Congresso que votaram

seguinte todo o ritual feito diariamente pelos parlamentares.

A sessão da manhã, acompanhada por mais de seis técnicos de São Paulo e por outros 10 que trabalham no sistema eletrônico da Câmara foi rápida. No terceiro teste, o único que não registrou votos duplos ou irregulares, o técnico Adelmo Pilger suspendeu a sua sessão.

Cada funcionário recebeu uma ficha com o nome de um parlamentar, seu número de inscrição e a senha. Com o código

na mão, o funcionário cumpriu as orientações do técnico; digitou o código, acionou a opção de voto e, simultaneamente, uma chave que fica debaixo da mesa de votação dos constituintes.

Paralelo aos testes, que serão feitos até na próxima terça-feira, os técnicos estão também trabalhando para identificar o autor da fraude que ocorreu durante a votação do direito de propriedade, quando foi computado o voto do deputado Sarney Filho (PFL-MA).

Delfim acusa CUT e CGT de tentarem incendiar o País

São Paulo — O constituinte Delfim Netto (PDS-SP) acusou ontem em São Paulo que a CUT e a CGT pretendem destruir o trabalhador para aumentar nele o que chama de "sentimento de revolta". Mas adiantou que os sindicalistas ideológicos não vão conseguir incendiar o País, porque acredita na ação oportuna dos "hombeiros disponíveis". O deputado, contudo, não quis mencionar quem são os "bombeiros" a que se referia. Sobre a possibilidade de o Exército voltar às ruas, ele afirmou: "Não creio. O Exército é guardião da Constituição e não acredito que volte às ruas". Delfim Netto está convencido de que o mandato do presidente Sarney será de quatro anos e que será implantado no País o parlamentarismo. Ele continuará lutando pela aprovação da sua emenda propondo eleições gerais em 15 de novembro de 1988.

"A CUT e a CGT" — disse o deputado — estão enganando os trabalhadores. Quando a CUT agita, ela não quer compor. É um sindicato que deseja mudar o regime. Portanto, quanto mais o trabalhador se arrebatou, melhor para ela. Ela procura arrebatou o trabalhador para causar revolta. E por isso que existe uma onda muito

grande contra os sindicatos que se preocupam em conseguir melhores salários. A CUT e a CGT são inimigas do trabalhador. São, no fundo, nazistas e facistas que se apoderam dos sindicatos e das centrais sindicais".

Poder

O deputado acusou as duas centrais sindicais de não terem nenhuma proposta progressista: "O que eles têm é uma proposta para transformar o País numa estrutura feudal, com partido único. O trabalhador precisa ser alertado para essas propostas falsas, que não produzem o desenvolvimento e o progresso. Eles querem o poder e por isso se apropriam dos sindicatos". Delfim Netto classificou de "grande estupidez" a iniciativa da CUT de distribuir cartazes chamando os deputados do Centrão de "traidores do povo". Para ele, foi "uma demonstração de nazismo implícito. Eles dão mostra de que representam de fato a coisa mais boçal que este País já viu".

O deputado do PDS paulista insistiu na tese de que o trabalhador brasileiro precisa ser sacudido e alertado para o fato de que "se a CUT chegar ao poder, seus homens vão chicotear o povo, como fizeram Stalin e Hitler".

Presidente fica no Pericumã

O presidente José Sarney deixou ontem o Palácio do Planalto às 17h00, dirigindo-se ao Palácio da Alvorada. Lá, ele trocou de carro, seguindo para o sítio de São José do Pericumã, onde passará o Carnaval. O Presidente retornará a Brasília na próxima quarta-feira, despachando no Planalto à tarde.

No seu sítio, o Presidente estará acompanhado da esposa, Marly Sarney, e de dois netos, Rafaela, filha de Roseana Sarney, e o filho mais velho do deputado Sarney Filho. Roseana, Sarney Filho e Fernando Sarney passarão o Carnaval em São Luís, onde desfilarão

na escola de samba "Flor do Samba".

Outro que segue para o município de Luziânia é o ministro Costa Couto. Ele permanecerá durante todo o Carnaval no seu sítio, "Sagarana". Possivelmente, fará visitas ao presidente Sarney.

Das autoridades do Palácio do Planalto, apenas dois ministros permanecerão em Brasília: os generais Ivan de Souza Mendes, chefe do Serviço Nacional de Informações, e Bayma Denys, ministro-chefe do Gabinete Militar da Presidência da República.

CPI investiga escritórios de intermediação

Porto Alegre — A "CPI da corrupção", como é chamada a comissão convocada pelo senador Carlos Alberto Chiarelli, líder do PFL no Senado, para apurar irregularidades e denúncias de irregularidades na administração pública, está elaborando um relatório sobre os escritórios de intermediação de verbas liberadas pelo governo, que segundo informações preliminares chegadas até o senador, seriam mais de sessenta.

A CPI, de acordo com Chiarelli, quer saber quem são os donos destes escritórios, como operam, se pagam impostos ou não, "e demais dados neste sentido", observa o senador, acrescentando que a comissão, na sua primeira reunião, na última quinta-feira, decidiu também fazer um levantamento dos critérios para a liberação das verbas, e sua aplicação.

Com toda a assessoria do Senado à sua disposição, conforme ato baixado pela mesa diretora da Casa, a "CPI da corrupção" vai resguardar o direito de sigilo a todo o funcionário público, ao estilo dos depoimentos no Senado norte-americano.

Para jurista, Texto será o mais moderno

"A nova Constituição brasileira, se aprovada como está, será a mais adiantada do mundo no tocante aos direitos individuais e coletivos", afirmou ontem o criminalista Laércio Pellegrino, que defendeu a instituição do mandato de segurança coletivo como forma de defesa ampla dos direitos da sociedade.

Também o jurista Miguel Seabra Fagundes, ex-ministro da Justiça do Governo Café Filho, considerou o mandato de segurança coletivo "excelente inovação" no mundo do direito e contestou os deputados Gastone Righi (PTB-SP) e Bonifácio de Andrada (PDS-MG) de que este instrumento vai emperrar a administração pública.